

## **ATA DA 2ª REUNIÃO DO FÓRUM METROPOLITANO DE GESTORES DE POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Aos três dias do mês de junho do ano de 2014, nas dependências do edifício Delta, localizado na Avenida João Gualberto, número 623, 2ª andar na sala “Conhecer”, centro do município de Curitiba. Teve início a 2ª reunião ordinária do Fórum Metropolitano de Gestores Públicos de Políticas para Pessoa com Deficiência, sendo pauta proposta: Pronatec explanado por Paloma Hohmann Poier Consultora do PRONATEC Viver sem Limite, representante da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, capacitações e infomes gerais, contando com a presença do Secretario de Assuntos Metropolitanos Neco Prado; Manoel J. P. Negraes Coordenador Geral do Fórum Metropolitano de Políticas para Pessoas com Deficiência e Coordenador de Relações com a Comunidade representante do município de Curitiba; Marli Kaczmarek Vice Coordenadora do Fórum Metropolitano de Gestores de Políticas para Pessoas com Deficiência e Diretora do Departamento de Educação Especial; Sirlei Zamboni, Secretaria Municipal de Educação ambas do município de Araucária; Daniele Bubniak Diretora da Escola Especial de Balsa nova, Sonia Wilsek e Geovana Santana Guimarães Operadora do Cadastro Único representantes do município de Campina Grande do Sul; Patrícia Farias, Coordenadora da Clinica de Terapia Especial do município da Lapa; Cristiane Parangaba Ignácio Coordenadora da Educação Especial, Caroline Giacomeli Psicóloga ambas do Município de Mandirituba; Nelly Narcizo de Souza Gerente Estadual Especial e Inclusão Educacional e João Carlos Silveira Caldas Coordenador de Atividades Administrativas ambos do município de Pinhais; Merci Ribeiro de Souza Assistente Social do município de Quatro barras; Rogério Ronaldo Raksa Diretor do Departamento de Assistência Comunitária e Família, Aparecida F.M Gonzaga Diretora da APAE representantes do município de Quitandinha; Solange do Rocio da Silva Augusto Pedagoga, Gilcileia Aparecida Colaço Coordenadora de Projetos, Lilian Maria C.de Oliveira e Josélia Vaccari Bianchetti, representantes do município de São José dos Pinhais.

O Secretario Neco Prado da Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos (SMAM), saudou os presentes e apresentou a palestrante, lembrando da intenção de que os vinte e nove municípios da região metropolitana realizem a adesão ao Viver sem Limite, após o coordenador de relações com a comunidade Manoel J. P. Negraes representando a Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e coordenador geral do Fórum saudou os presentes e informou sobre a atualização do regimento interno que foi encaminhado via *email* ao colegiado.

Teve inicio a explanação da palestrante que informou sobre a disponibilização *online* da cartilha Viver sem Limite, seguiu explanando sobre os eixos do programa e a meta para o ano de 2014 que segue com 100% das vagas destinadas a pessoa com deficiência, reforçando que estas vagas não estão sendo retiradas de outros eixos do Pronatec.

No eixo acesso à educação com ações para garantir às pessoas com deficiência o direito ao acesso à educação com igualdade de oportunidades a implantação de salas de recursos multifuncionais em escolas públicas de educação básica refere-se à doação, pelo Ministério da Educação, de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade destinados a atender as especificidades educacionais de estudantes com deficiência. As salas de recursos multifuncionais apóiam o desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado de forma complementar ou suplementar à escolarização desses estudantes. Além de implantar as salas de recursos multifuncionais, o MEC também adquire kits de atualização das salas existentes com o objetivo de complementá-las com novos recursos e equipamentos e repor itens desgastados e obsoletos.

Até 2014, o Viver sem Limite irá implantar 15.000 salas de recursos multifuncionais e 30.000 kits de atualização das salas existentes que serão distribuídos e instalados em escolas públicas de todo o Brasil. Escola Acessível disponibilização de recursos financeiros para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva.

Com esses recursos as escolas podem construir rampas, reformar sanitários para promover acessibilidade, alargar as vias de acesso e portas,

instalar corrimãos e equipamentos de sinalização visual, tátil e sonora, adquirir cadeiras de rodas etc.

O Plano Viver Sem Limite tem a meta de apoiar 42.000 escolas com recursos do PDDE Escola Acessível, até 2014.

O Transporte Escolar Acessível tem como objetivo responder a uma das principais demandas da população: a falta de transporte acessível, que muitas vezes impede a frequência dos estudantes com deficiência à escola.

A ação prioriza municípios com maior número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC em idade escolar obrigatória e que estão fora da escola. Os veículos adquiridos transportam estudantes para as aulas e para o Atendimento Educacional Especializado, rural ou urbano.

Até 2014, o Viver sem Limite vai disponibilizar 2.609 veículos acessíveis para atender cerca de 60 mil estudantes com deficiência. Pronatec tem como objetivo principal expandir e democratizar a educação profissional e tecnológica no país.

Entre as iniciativas está a Bolsa-Formação, que oferece cursos técnicos de nível médio e de formação inicial e continuada, também conhecidos como cursos de qualificação profissional. O Viver sem Limite não prevê a criação de turmas específicas para pessoas com deficiência ou a destinação de vagas exclusivas para esse público e sim a garantia de que todas as vagas do Pronatec possam ser acessadas por pessoas com deficiência, independentemente do ofertante, do curso e do tipo de deficiência, com atendimento preferencial na ocupação das vagas. Os cursos são presenciais, realizados pelos ofertantes: Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, CEFETs, SENAI, SENAC, SENAT e redes públicas estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica, com o apoio do MEC.

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior tem a prerrogativa de incluir e apoiar a criação e reestruturação de Núcleos de Acessibilidade em todas as universidades públicas federais. Essa ação visa garantir o acesso de estudantes, professores e servidores com deficiência a todos os espaços, ações e processos da universidade, buscando seu pleno desenvolvimento acadêmico. Educação Bilíngüe para tornar realidade à educação bilíngüe no

Brasil, o Viver sem Limite prevê a criação de 27 cursos de Letras/Libras Licenciatura e Bacharelado e de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngüe.

Por meio do Plano, serão criadas 690 vagas para que as instituições federais de educação contratem professores, tradutores e intérpretes de Libras.

O Programa BPC na Escola é uma ação interministerial voltada para crianças e adolescentes com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC. Em 2007, o programa constatou que cerca de 70% delas estavam fora da escola. Após uma busca ativa para diagnosticar razões da exclusão escolar e remover os entraves identificados, o Governo conseguiu aumentar para 70% o percentual de beneficiários que hoje estão na escola.

O Viver sem Limite quer aprimorar essa ação e garantir mais 72 mil matrículas, de modo a atingir a meta de 378 mil beneficiários matriculados até 2014. A vice-coordenadora do Fórum Marli Kaczmarek, informou que o município de Araucária vem solicitando junto ao Ministério da Educação (MEC), a disponibilização da sala multifuncional onde realmente serão utilizadas para que não continuem em desuso.

A participante Aparecida Gonzaga perguntou a palestrante se o material da sala pode ser utilizado por instituições não governamentais do município, obtendo como resposta que pode ser avaliado junto ao MEC, pois é uma discussão em voga em outros locais.

Quanto ao eixo saúde foram explanados os seguintes serviços: o processo de identificação e intervenção precoce de deficiências conta com exames realizados por profissionais de saúde para detectar e classificar, o mais cedo possível, as principais doenças e fatores de risco que afetam crianças de zero a dois meses de idade, sendo fundamentais para o planejamento das condutas clínicas e intervenções mais eficazes.

O Viver sem Limite prevê a revisão do marco normativo da Política Nacional de Triagem Neonatal, que passará a integrar, além do componente sanguíneo da triagem (Teste do Pezinho), a triagem auditiva neonatal (Teste da Orelhinha) e a triagem ocular (Teste do Olhinho). No caso do Teste do Pezinho, o Ministério da Saúde está estendendo para 06 (seis) o número de

doenças testadas e identificadas, em todos os estados da Federação. A meta é que todos os Estados estejam realizando o teste do pezinho completo (fase IV) até 2014. Para a realização da triagem auditiva neonatal, estão sendo equipados 175 hospitais e maternidades e foi elaborada e instituída na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência a diretriz de atenção para a triagem auditiva neonatal. Além disso, está prevista a reestruturação do atual sistema de busca e acompanhamento das crianças diagnosticadas por meio dos testes, bem como seu encaminhamento a serviços que possam promover o tratamento necessário em cada caso.

As diretrizes terapêuticas (ou diretrizes de atenção à pessoa com deficiência) colaboram para criar parâmetros clínicos e garantir a prescrição segura e o tratamento eficaz em todo o território nacional. Elas trazem informações como caracterização da doença, tratamento indicado, medicamentos a serem prescritos, formas de administração e tempo de uso, benefícios esperados e o acompanhamento dos usuários. Centro Especializado em Reabilitação (CER) a habilitação e reabilitação visam garantir o desenvolvimento de habilidades funcionais das pessoas com deficiência para promover sua autonomia e independência.

O Viver sem Limite iniciou a implantação de 45 Centros Especializados em Reabilitação - CER para ampliar o acesso e a qualidade desses serviços no âmbito do SUS. Alguns desses centros serão totalmente construídos e outros serão qualificados por meio de reforma, ampliação, aquisição de equipamentos e reforço de pessoal. Transporte Adaptado para Acesso a Saúde com o objetivo de facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos Centros Especializados em Reabilitação – CER, o Governo Federal fará a doação de pelo menos 88 veículos (Microônibus e Vans) adaptados. Eles serão colocados à disposição dos pacientes que não apresentam condições de mobilidade e acessibilidade autônoma aos meios de transporte convencional ou que manifestam grandes restrições ao acesso e uso de equipamentos urbanos. Oficinas Ortopédicas, em complementação aos Centros Especializados em Reabilitação - CER, estão sendo construídas e qualificadas oficinas ortopédicas fixas para a confecção e manutenção de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção.

Além das oficinas fixas, o Ministério da Saúde está adquirindo e implantará 13 oficinas ortopédicas itinerantes terrestres instaladas em caminhões, ou fluviais, instaladas em unidade básica de saúde fluvial. Todas as oficinas estarão vinculadas aos serviços de reabilitação física do SUS, visando a garantir a indicação de dispositivos assistivos bem adaptados, adequados ao ambiente físico e social.

Com foco na elevação da autonomia e qualidade de vida, o Ministério da Saúde também realizou a revisão da lista dos dispositivos oferecidos pelo SUS e iniciou a ampliação com a inclusão de novos produtos, como manutenção e adaptação de cadeira de rodas.

Atenção Odontológica O Viver sem Limite desenvolve um conjunto de ações de atenção odontológica às pessoas com deficiência, entre as quais: capacitação de seis mil equipes de atenção básica e de saúde bucal, qualificação de 420 Centros de Especialidades Odontológicas - CEO e criação de 27 centros cirúrgicos odontológicos em hospitais gerais.

A participante Patrícia Farias do município da Lapa, comentou sobre o Estado vir fomentando junto aos municípios a criação de centros especializados em reabilitação (CER), mas não tinha conhecimento das metas de quarenta e cinco CER's no Brasil, foi reforçado pela consultora que este número é estatístico e não definitivo. O participante João Carlos Silveira Caldas do município de Pinhais, falou sobre a superlotação dos centros para pessoas com deficiência, tendo como exemplo o encaminhamento por parte de todos os municípios para a Associação dos Deficientes Físicos do Paraná (ADFP), Paloma lembrou sobre desacertos políticos que infelizmente afetam o desenvolvimento de projetos e encaminhamento de recursos e também ressaltou a falta de interesse de alguns municípios em relação à pessoa com deficiência. O eixo inclusão social Inclusão Social através de ações que têm como objetivo promover a participação social e combater a desigualdade, exclusão ou restrição que impedem o exercício de direitos, em igualdade de condições, o BPC Trabalho foi criado para atender prioritariamente beneficiários entre 16 e 45 anos que querem trabalhar, mas encontram dificuldades para obter formação profissional e qualificação para inserção no mercado de trabalho.

Com o objetivo de propiciar maior inserção profissional dessas pessoas, foram promovidas alterações na legislação referente ao Benefício de Prestação Continuada – BPC. Com a promulgação da Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, e do Decreto nº 7.617, de 17 de novembro de 2011, o beneficiário do BPC com deficiência passou a ter o benefício suspenso, e não mais cancelado, se contratado para o trabalho. Ao começar a trabalhar com carteira assinada, ou em outra atividade remunerada, ele deve comparecer a uma Agência da Previdência Social/INSS e solicitar a “suspensão especial” do BPC. Além disso, se perder o emprego, pode voltar a receber o BPC, bastando, para tanto, comunicar o fato ao INSS dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

Outra alteração importante refere-se ao beneficiário contratado como aprendiz, que poderá acumular o salário recebido nesta condição com o valor do BPC, por até dois anos. O Viver sem Limite prevê a inclusão de 50 mil beneficiários nas redes socioassistenciais, com a realização de visitas domiciliares e busca ativa.

As ações são realizadas por equipes dos CRAS, articuladas com profissionais de educação, qualificação profissional e outros, para inserção na rede de serviços das políticas sociais, nos cursos do Pronatec ou outros cursos de qualificação profissional. Residências Inclusivas Destinada a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência, a residência inclusiva é uma modalidade de serviço de acolhimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Ela está organizada em pequenos grupos de até 10 pessoas por residência, cuja acolhida e convivência promove o desenvolvimento de capacidades adaptativas à vida diária, autonomia e participação social. Atua em articulação com os demais serviços no território para garantir a inclusão social dos residentes.

O Viver sem Limite pretende implantar 200 Residências Inclusivas até 2014, ofertando serviços de proteção integral a jovens e adultos com deficiência que não dispõem de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar. O Centro-Dia de Referência para pessoas com deficiência é uma unidade de serviço do SUAS vinculada ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Seu objetivo é ofertar, durante o dia, cuidados pessoais a jovens e adultos com deficiência em situação de

dependência como forma de suplementar o trabalho dos cuidadores familiares.

Oferece ainda um conjunto variado de atividades de convivência na comunidade e em domicílio com o objetivo de ampliar as relações sociais e evitar o isolamento social.

O Viver sem Limite tem como meta implantar 27 Centros-Dia, um por unidade da federação, iniciando uma rede que disponibilizará o serviço em todo o território nacional.

O eixo acessibilidade através de ações que envolvem a construção de casas adaptáveis no Programa Minha Casa, Minha Vida; implantação de centros de formação de instrutores de cães-guia; instituição do Programa Nacional de inovação. O Programa Minha Casa, Minha Vida garante às pessoas com deficiência o direito à moradia adequada à sua condição física, sensorial e intelectual, com a contratação de 1,2 milhões de unidades adaptáveis e a oferta de 20 mil unidades adaptadas ao uso por pessoa com deficiência. São contempladas famílias que possuem renda familiar mensal de até R\$ 1.600,00 selecionadas pelos municípios, estados, Distrito Federal ou entidades privadas sem fins lucrativos habilitadas pelo Ministério das Cidades, em zonas urbanas e rurais.

Centros Tecnológicos Cães-Guias o Viver sem Limite prevê a criação de cinco centros tecnológicos de formação de treinadores e instrutores de cães-guia, pois no Brasil não havia nenhuma formação pública na área. Os cursos, ministrados por Institutos Federais de Educação, formarão inicialmente 25 profissionais, por ano, aptos ao treinamento dos cães e à formação das duplas (pessoa com deficiência visual e cão guia). A meta é formar 150 duplas e inserir o tema na grade curricular do ensino tecnológico no país. O primeiro curso foi inaugurado no segundo semestre de 2012, no Instituto Federal Catarinense - IFC, Campus Camboriú. Após a abertura de edital de chamada pública, foram selecionados institutos federais em Muzambinho (MG), Urutaí (GO), Limoeiro do Norte (CE) e Alegre (ES), que devem ser inaugurados até 2014.

O Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva é implementado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e pela Agência Brasileira de Inovação - Finep e tem como objetivo apoiar o



desenvolvimento de produtos, metodologias, estratégias, práticas e serviços inovadores que aumentem a autonomia, o bem-estar e a qualidade de vida de pessoas com deficiência.

A FINEP disponibiliza recursos para universidades, institutos de pesquisas ou empresas que desenvolvem pesquisas de inovação com elevado risco tecnológico associado a oportunidades de mercado. São duas as linhas de subvenção econômica à inovação: a primeira de inovação em tecnologia assistiva em geral e outra específica para o desenvolvimento de equipamentos de treinamento e prática de esportes paraolímpicos. Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva Para ampliar o número de produtos de tecnologia assistiva disponíveis no Brasil é necessário o investimento em pesquisa.

Assim, foi inaugurado, em julho de 2012, o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva - CNRTA, localizado no Centro de Tecnologia e da Informação Renato Archer, em Campinas. O Centro tem o objetivo de orientar uma rede de núcleos de pesquisa em universidades públicas, estabelecer diretrizes e articular a atuação dos núcleos de produção científica e tecnológica do país.

Para atender às pessoas com deficiência, as Instituições de Ciências e Tecnologia, de todo o país, já possuem uma grande quantidade de produtos desenvolvidos e que se encontram disponíveis para serem apresentados e transferidos para o Setor Empresarial. Além disso, já está disponível o Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva (TA), que consiste numa ferramenta web que possibilita a realização de buscas sobre os produtos de Tecnologia Assistiva fabricados ou distribuídos no Brasil. Ele tem como missão oferecer informações sobre os produtos de TA (ajudas técnicas ou produtos de apoio) que podem contribuir para maior autonomia e qualidade de vida das pessoas com deficiência e idosos. Crédito Facilitado para Produtos de Tecnologia Assistiva o BB Crédito Acessibilidade é uma linha de crédito que foi lançada em fevereiro de 2012 pelo Banco do Brasil. Por meio dessa linha podem ser financiados produtos com valores entre R\$ 70,00 e R\$ 30 mil, por prazos de 4 a 60 meses, a juros de 0,41% ao mês para clientes com renda de até 5 salários mínimos e de 0,45% ao mês para clientes com renda entre 5 e

10 salários mínimos, sem tarifa de abertura de crédito, com até 59 dias para o pagamento da primeira parcela. O crédito pode ser obtido por qualquer pessoa que queira adquirir para si ou para terceiros os produtos listados na Portaria Interministerial nº 362, de 24 de outubro de 2012, como por exemplo, cadeiras de rodas motorizadas, computador portátil *braille*, adaptação para veículos etc.

Após a consultora apresentou uma tabela com todos os municípios que aderiram ao plano e reforçou que cada qual encaminhou a documentação a SNDH, após retornou com divulgação em diário oficial e possui termo próprio de aceite, mesmo sendo em ação coletiva. Lembrou ainda que independente de ter aderido ou não ao Viver sem Limite, o município pode aderir aos outros programas do plano. Paloma reforçou que várias secretarias e instituições dentro do município podem aderir ao Pronatec – Viver sem Limite.

A participante Merci Ribeiro de Souza do município de Quatro Barras comentou sobre o curso de usinagem que não abriu em seu município, Paloma ressaltou a necessidade de que seja verificado o real motivo. A participante Lilian Maria de Oliveira comentou se há na legislação alguma cláusula onde o curso deve iniciar com pelo menos 90% dos matriculados e Paloma afirmou que não existe essa norma e o ofertante que age dessa forma deve ser notificado e reforçou que a exigência de comprovação escolar tem sido flexibilizada salvo em casos de exigência de comprovação formal, mas deve ser fiscalizada pelo setor demandante.

O SINE tem a possibilidade de visualizar todas as vagas, mas cadastra apenas trabalhadores desempregados que estão recebendo o seguro desemprego pela segunda vez, assim como o Pronatec – Viver sem Limites visualiza todas as vagas, mas não pactua cursos, bastante ser pessoa com deficiência e atender as exigências. A palestrante reforçou que o ofertante deve subsidiar com o material e salas adaptadas, assim como tem a possibilidade de ofertar o apoio estudantil no valor de R\$ 2,00 (dois reais hora aula) pactuação quase como unânime no estado do Paraná, ou através de lanche servido no local.

Outra informação é a solicitação para criação da conta que tem sido solicitado pelos ofertantes, mas não poder ser obrigatória e não influencia no BPC. A participante Lilian Maria de Oliveira do município de São José dos

Pinhais comentou que já houve recusa por parte dos ofertantes de alunos que não possuem a conta, Paloma reforçou que o ofertante é prestador de serviço e a coordenação estadual e nacional são parceiras dos demandantes quanto a infrações cometidas pelas instituições que ofertam os cursos e se colocou a disposição para fornecer o contato dos responsáveis.

A participante Aparecida Gonzaga explicou que muitas pessoas com deficiência com freqüentam a APAE em seu município possuem facilidade oral, mesmo não possuindo escolaridade formal, diante do exposto a palestrante reforçou a necessidade de inclusão e quando o ofertante não possuir acessibilidade necessária ou se negue a aceitar a pessoa com deficiência o demandante deve entrar em contato coma a coordenação estaduais e situações de preconceito denunciadas ao disque 100. A participante Lilian Maria de Oliveira indagou quando o ofertante não possuir sede fixa no município e o local disponibilizado pela prefeitura não ser adaptado quem deve ser responsabilizado, a palestrante comentou que ambos são co-responsáveis e passíveis de autuação. Como informe final a consultora demonstrou o passo a passo para adesão ao plano Pronatec – Viver sem Limite, deixando seu contato para esclarecimentos que se fizerem necessários. Finalizando a reunião o coordenador geral do fórum Manoel Negraes abriu para perguntas, e finalizou com a próxima data para reunião a ser realizada no dia seis de agosto do presente ano nas dependências do edifício Delta.

Nada mais havendo a ser tratado o coordenador geral do fórum encerrou a presente reunião agradecendo a presença de todos e para constar registro eu, Gilcileia Aparecida Colaço lavrei a presente ata, sendo a mesma assinada por mim e pelo Coordenador Geral do Fórum Metropolitano de Gestores Públicos de Políticas para Pessoas com Deficiência